SANTOS, Ricardo Ventura ; GIBBON, Sahra & BELTRÃO, Jane (orgs.). 2012. *Identidades emergentes, genética e saúde : perspectivas antropológicas*

Rio de Janeiro : Garamond ; Fiocruz

Andréa Borghi Moreira Jacinto

REFERÊNCIA

SANTOS, Ricardo Ventura ; GIBBON, Sahra & BELTRÃO, Jane (orgs.). 2012. *Identidades emergentes, genética e saúde : perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro : Garamond ; Fiocruz. 272 pp.

1 Entre perspectivas provocadas pela leitura de *Identidades emergentes, genética e saúde*, há uma sensação paradoxal de tempos que se embaralham. Em alguns momentos, o leitor parece percorrer discussões familiares ao final do século XIX e início do século XX, bem como preocupações da antropologia em firmar objetos próprios de pesquisa, e recusar determinismos biológicos na explicação do comportamento humano entre diferentes grupos. Em outros momentos, os capítulos trazem a surpresa de reconhecer que o futuro é hoje. Várias cenas imaginadas em tempos passados, fantasias da ficção científica, estão no presente de práticas e discursos contemporâneos, entrelaçados às tecnologias genéticas, à reprodução assistida, às possibilidades abertas pela pesquisa com células-tronco, às estratégias e intervenções do biopoder e da biopolítica sobre a vida humana.

2 Os trabalhos que compõem o livro foram originalmente apresentados em seminário associado à 27ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, ocorrida em Belém, em julho de 2010. Representam esforço conjunto entre antropólogos, historiadores, geneticistas, filósofos e pesquisadores da saúde coletiva para enfrentar a complexidade

das biopolíticas e produzir conhecimentos sobre biologia humana, sociedade, cultura e política, atravessando campos de aproximações e tensões. A publicação, além de registro e resultado do seminário, pode ser considerada como marco institucional, na medida em que integrou atividades do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, recém-implantado naquele momento.

3 O livro é estruturado em três partes, além da apresentação. Ao traçar o panorama da publicação, os organizadores Ricardo Ventura Santos, Sahra Gibbon e Jane Beltrão fazem uma revisão teórica significativa sobre a questão de como tecnologias biológicas estão reconfigurando as noções do humano. Discutindo novas práticas e políticas da vida desencadeadas pela genômica ou nova genética, por tensões e trocas entre campos disciplinares nas implicações sociopolíticas, éticas e jurídicas desses cenários, os organizadores revisam um debate que atravessa vários capítulos, sobre interfaces entre raça, saúde/doença e tecnologias emergentes. Um dos objetivos do livro seria contribuir para o campo teórico com perspectivas do contexto latino-americano, particularmente brasileiro, por meio das várias entradas que os capítulos oferecem sobre o tema. Os cenários e práticas descritos revelam como dinâmicas transnacionais da genômica, como ciência global, se articulam a contextos e arenas nacionais, regionais e locais.

4 A primeira parte do livro é intitulada “Saúde, genética e sociedade : novas/ velhas questões, novas/velhas configurações”. Os três capítulos que a compõem têm enfoque teórico e conceitual. Sandra Caponi, em “Degeneração e eugenia na história da psiquiatria moderna”, enfrenta o campo da psiquiatria, revendo historicamente perspectivas abertas pelas correntes da degeneração e da eugenia. Analisa os dois conceitos, que procuravam identificar um tipo médio e normal de humanidade, econstruirexplicaçõeseparâmetrosbiológicosparacomportamentos considerados desviantes — processo associado à patologização de sofrimentos e à medicalização da “anormalidade”. Do surgimento da psiquiatria ampliada em meados do século XIX, o percurso aponta, neste novo século, o fortalecimento de explicações biológicas para comportamentos, desigualdades e conflitos sociais.

5 No segundo capítulo, “‘Agressividade’ e ‘violência’ : a difícil tarefa de conceituar o diálogo entre geneticistas e cientistas sociais”, Gláucia Silva enfrenta a (im)possibilidade do diálogo entre ciências sociais e biomédicas. Analisa contrastivamente os artigos do médico Renato Flores e da socióloga Maria Cecília Minayo, ambos sobre agressividade e violência, porém em percursos argumentativos e conclusões extremamente divergentes. Entre a tensão de abordagens, a autora identifica a renovação da clássica dicotomia natural/cultural, fazendo, paralelamente à crítica sobre a visão biologizante das relações sociais, a crítica dos limites do antropocentrismo da antropologia.

6 O bloco finaliza com o trabalho de Luiz David Castiel, um exercício etnográfico virtual que descreve sítios na internet e um mercado que oferece longevidade e serviços de futurologia. “Saúde, longevidade e genética : um olhar biopolítico” revisa enunciados biológicos sobre teorias do envelhecimento e discursos sobre longevidade humana, retomando a perspectiva do biopoder por meio da noção de “epidemiopoder”. Faz também descrições interessantes de redes de especialistas que circulam entre prestigiosos institutos de pesquisa, fazendo uso de linguagens “guerreiras” e religiosas.

7 “Reprodução, molecularização e biopolítica em si” nomeia a segunda parte da publicação, em que contextos e sujeitos históricos e políticos tornam- se mais visíveis. O

primeiro texto é também homenagem a Rosely Gomes da Costa, antropóloga precocemente falecida, que deixou contribuição importante à pesquisa sobre reprodução assistida e ao debate sobre questões étnico-raciais. Em "Doação de sêmen e classificação étnico-racial no Brasil", são discutidas as determinações legais relativas à doação de sêmen e ao anonimato do doador, em contraposição às práticas rotineiras das equipes médicas na relação com casais que buscam inseminação artificial. A etnografia apresenta dados obtidos em dois bancos de sêmen na cidade de São Paulo e entrevistas com médicas responsáveis por esses bancos, além de mediadoras entre casais que buscam a inseminação, e os doadores. O critério da "semelhança imunológica" avaliada pela tipagem sanguínea e fenotípica, de responsabilidade da equipe médica, é redimensionado na análise dos questionários e das técnicas de coleta de informações, que mostram como certas decisões médicas baseiam-se em critérios de classificação racial atravessados por leituras ideológicas e subjetivas. Dilemas jurídicos e éticos levantados pela classificação racial no campo da saúde reprodutiva no Brasil finalizam o capítulo.

8 O texto seguinte, de Naara Luna, amplifica essa discussão em "Identidade genética no debate sobre o estatuto dos fetos e embriões". Enfrenta o debate público sobre o estatuto de fetos e embriões, concentrando-se em como dados genéticos são acionados em diferentes perspectivas teóricas, políticas e ideológicas nos embates jurídicos em torno de duas ações tramitadas no Supremo Tribunal Federal. A primeira ação questiona o artigo da Lei de Biossegurança autorizando o uso de embriões para produção de células-tronco embrionárias ; e a segunda pleiteia autorização para antecipação de parto de anencéfalo sem necessidade de recurso na Justiça. Acompanhando o debate público, observa-se como a biologia e suas tecnologias têm contribuído para a "genetização do ser humano e das relações familiares" (:145).

9 Esse bloco finaliza com Marko Monteiro e Ricardo Vencio, em "A 'molecularização' do câncer de próstata : reflexões sobre o chip de DNA". Complexo, o capítulo desafia o leitor à discussão sobre representação e materialidade. Entre visões e intervenções sobre o corpo analógico e o corpo digital, a análise acompanha a passagem de descrições vindas da anatomia, patologia e fisiologia, para outras vindas de processos de digitalização do corpo, que privilegiam a análise molecular e genética, com possibilidades e consequências específicas de manipulação dos corpos.

10 "Tecnologias genéticas e identidades étnico-raciais emergentes" é o título da última parte do livro, discutindo questões de identidades étnico-raciais em arenas e lutas de grupos específicos. Em "Usos da leucopenia e diferença racial no Brasil contemporâneo", Elena Calvo analisa discursos sobre raça expressos ora como realidade social, ora como realidade biológica, mobilizados de diferentes modos em processos de construção de verdades. São observados discursos no âmbito de indústrias químicas cujos trabalhadores correm risco de contaminação por benzeno, e como a indústria, em seu embate com operários e sindicatos, procura justificar baixas contagens de leucóticos não como efeito de contaminação, mas pelo que seria da natureza racial dos operários. Outro campo de discursos refere- se ao uso da leucopenia como especificidade racial tanto por ativistas da área política da saúde da população negra quanto por cientistas no debate sobre uso de valores de referência ditos raciais para o leucograma.

11 O capítulo seguinte, de Michael Kent, conduz aos Andes : "A importância de ser Uro : movimentos indígenas, políticas de identidade e pesquisa genética nos Andes

Peruanos". Traz breve etnografia desenvolvida entre os Uros, grupo indígena que vive em ilhas flutuantes de junco no Lago Titicaca, descrevendo suas articulações com geneticistas, que ofereceram indícios e argumentos para reinscrever o grupo no cenário político local, tensionado por outras etnias e ambientalistas em torno de direitos territoriais e reconhecimento da identidade indígena.

12 O encerramento é de Verlan Valle Gaspar Neto, Ricardo Ventura Santos e Michael Kent, em "Biorevelações : testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada". Observa-se como, de diferentes modos, esses testes trazem implicações sobre noções de raça e etnicidade, e afirmação de identidades. São comparadas três empresas que comercializam testes de ancestralidade genética nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Brasil, observados o *merchandising* desses produtos, os contextos institucionais das empresas, os contextos sociopolíticos e o entrelaçamento dessas questões às escolhas metodológicas dos testes. Paralelamente ao potencial de redefinição de espaço e tempo das identidades, oferecida pelos testes de ancestralidade, a pesquisa revela a maneira pela qual "a diversidade genética não se mostra como uma realidade biológica, mas, antes, como construída através de práticas científicas específicas" (:239).

13 A obra enriquece o debate no campo da biopolítica e dos estudos sobre corpo e saúde, explorando diferentes cenários e grupos no Brasil e em outros contextos nacionais. É uma oportunidade para cientistas humanos no desafio de transitar entre perspectivas da genética e dos estudos de saúde, e para os cientistas da biomedicina se aproximarem do olhar antropológico. Trata-se de reconfigurações não somente de identidades emergentes nas interfaces entre genética, saúde, tecnologia e antropologia, mas das próprias fronteiras disciplinares.

AUTORES

ANDRÉA BORGHI MOREIRA JACINTO

Ministério da Saúde